



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia - Ψ

Ser Mulher e Feminista:

Análise das Experiências Subjetivas de Mulheres Feministas

Nathália Cristina Correia Nunes

Brasília

2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia - Ψ

Ser Mulher e Feminista:

Análise das Experiências Subjetivas de Mulheres Feministas

Nathália Cristina Correia Nunes

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Alves Amaral.

Brasília

2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia - Ψ

Folha de Avaliação

Ser Mulher e Feminista: Análise das Experiências Subjetivas de Mulheres Feministas

Autora: Nathália Cristina Correia Nunes

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Lucas Alves do Amaral

Prof.ª Dr.ª Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof.ª Me.ª Lívia Campos e Silva

Brasília

2019

*A todas as mulheres.
A todas as mulheres feministas.
A todxs que lutam por direitos humanos igualitários*

AGRADECIMENTOS

Às **mulheres feministas**,
pelas lutas conquistadas e garantidas às mulheres
e por tornarem possível a realização de pesquisas como esta.

Às **participantes da pesquisa**,
por dedicarem sua disposição às causas feministas
e por terem doado seu tempo à esta pesquisa tão especial para mim.

Às minhas avós, **Ivanice e Ilda**,
pelos ensinamentos passadas de gerações em gerações
e por serem, para mim, os primeiros exemplos de mulheres que tive a honra de ter.

À minha mãe e ao meu pai, **Ilma e Amóz**,
pelo amor, pelo carinho e pelo afeto recebidos até hoje,
por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e em meu potencial,
é graças a eles que hoje concluo esta etapa tão especial e significativa em minha vida.

Às minhas primas e aos meus primos:
Alana, Camila, Kamille, Fábio e Kleiber
pelo amor, parceria e paciência que temos uns pelos outros
e por me darem força e incentivo nos momentos em que eu mais precisei.

Ao **Simba**, meu cachorro,
por me ensinar outras formas de amar e ter paciência
e por me fazer companhia na produção de cada palavra escrita.

À professora **Ana Flávia**
e ao professor-orientador **Lucas Amaral**,
por ensinarem que o respeito é nossa melhor arma,
por despertarem em mim a vontade de fazer pesquisa com amor,
e por fazerem de seus trabalhos minha grande inspiração pessoal e profissional.

À professora **Tania Inessa**
e ao professor **Leonardo Mello**,
por serem exemplos de pessoas para mim,
por me ensinarem que fazer psicologia é trabalhar com afeto
e por fazerem de seus trabalhos minha grande inspiração pessoal e profissional.

A **todas as pessoas**,
que fizeram parte desses últimos cinco anos
e que se fazem presentes nesta tão esperada conquista pessoal.

SUMÁRIO

Resumo	vii
Introdução	1
Capítulo 1 - Feminismos: uma Breve História	5
Capítulo 2 - Processos Culturais e Desigualdades de Gênero	12
Capítulo 3 – Subjetivação: a Emergência da Mulher como Sujeito:	19
Metodologia	26
Participantes	28
Instrumentos	29
Processo de Construção da Informação	31
Análise e Construção da Informação	32
Aspectos plurais e singulares das trajetórias de mulheres feministas	34
Aspectos envolvidos nas diferentes abordagens feministas	43
Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	51
Anexos	58
Anexo 1- Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	58
Anexo 2 - Dinâmica Conversacional e Complemento de Frases	62
Apêndices	63
Apêndice 1 - Parecer Consubstanciado do CEP	63

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo identificar e analisar as transformações sociais e pessoais percebidas por mulheres feministas do Distrito Federal. Para isso, foram propostos três objetivos específicos: entender as perspectivas de mulheres feministas a respeito das contribuições dos movimentos feministas brasileiros contemporâneos; analisar os sentidos e configurações subjetivas das mulheres diante das experiências vivenciadas no decorrer de suas trajetórias como feministas; e analisar as diferenças dos modos de subjetivação em relação aos tipos de feminismos em que essas mulheres se inserem. Esta pesquisa justifica-se por levantar uma temática pouco discutida social e academicamente, a da subjetividade das mulheres feministas, para além dos movimentos e dos coletivos feminista, em sua pluralidade, tendo como foco central os relatos singulares das participantes. Para tal, foi utilizada a epistemologia qualitativa de pesquisa, fazendo uso especificamente do método construtivo-interpretativo. Participaram da pesquisa nove mulheres. Os instrumentos usados foram: dinâmica conversacional e complemento de frases. Para a construção da informação, foram definidos eixos que facilitam o entendimento das análises, estes são: aspectos plurais e singulares das trajetórias de mulheres feministas; e aspectos envolvidos nas diferentes abordagens feministas. Por discutir a pluralidade das experiências feministas e não se reduzir à dimensão teórica e descritiva, esta monografia contribui, principalmente no que diz respeito ao campo da Psicologia, para a análise de como os feminismos produzem transformações na experiência subjetivas das mulheres, evidenciando as inúmeras formas de ser mulher, de ser feminista e dos diferentes feminismos.

Palavras-chave: mulheres feministas; feminismos; subjetividade.

Introdução

Esta monografia configura-se como uma pesquisa voltada para a compreensão de processos subjetivos decorrentes dos movimentos feministas na vida de mulheres que se identificam como feministas, a partir de suas experiências de vida, perspectivas pessoais e pontos de vista que apontam para a interconexão entre processos individuais de mulheres feministas e coletivos dos feminismos enquanto movimento.

Para a Psicologia, uma pesquisa com esta temática e com tais finalidades pode ser considerada importante por referir-se diretamente à subjetivação de mulheres feministas e não somente aos movimentos coletivos existentes e suas pautas. É importante evidenciar a esfera pública e a esfera privada das vivências sociais das mulheres, uma vez que essas perspectivas se configuram como complementares nas vidas das feministas (Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

Além disso, esta pesquisa busca contemplar as perspectivas de mulheres feministas através de uma visão qualitativa de pesquisa, essencial para analisar os processos singulares envolvidos na temática, fato este que se caracteriza como central para as ciências psicológicas (Adrião, 2015). Assim, a presente monografia justifica-se por sua relevância teórica para a Psicologia, uma vez que contempla, por um lado, a singularidade das pessoas, a construção das identidades e as batalhas pessoais vividas por cada mulher feminista, e, por outro lado, as transformações sociais promovidas pelos movimentos dos quais estas mulheres fazem parte.

O assunto central abordado possui relevância também para o campo político-epistemológico vivenciado contemporaneamente no Brasil, uma vez que os movimentos feministas se manifestam, também, frente ao atual cenário político brasileiro. As reivindicações feministas são, em sua maioria, de cunho político, considerando

inclusive que a luta pela equidade social depende principalmente de decisões e representatividades políticas. Nesse contexto, o cenário político brasileiro, mesmo que aos poucos, sofre transformações ao longo das décadas. Dessa forma, pesquisas como esta podem contribuir para uma maior conscientização da população como um todo, mas também como uma forma de validar e demonstrar tais transformações e mudanças.

Destaca-se também o caráter interdisciplinar que perpassa todas as etapas sugeridas por esta pesquisa, uma vez que a temática engloba diferentes áreas de conhecimento, que vão além dos saberes exclusivos às ciências psicológicas, tal como as ciências sociais em interface com os direitos humanos. Ainda considerando o caráter interdisciplinar e as contribuições para a produção de novos conhecimentos, deve-se considerar que a ciência e as produções acadêmicas, muitas vezes, funcionam como uma forma de legitimação de determinadas causas, e também como uma forma de crítica e de protesto (Harding, 1982). Este fator pode funcionar como uma forma de promover conscientização acerca das práticas feministas, que ainda sofrem muitas críticas advindas daqueles/as que nada ou pouco conhecem sobre os movimentos.

Engajada nesses fatores voltados para a relevância das produções acadêmicas contemporâneas, a pesquisa de monografia aqui proposta também é importante para as investigações dos assuntos relacionados às questões de gênero, principalmente, no que tange à visibilidade dos modos de vida das mulheres brasileiras, inseridas num contexto cultural desigual existente entre mulheres e homens.

Considerando isto, é importante reconhecer o feminismo como um movimento social baseado em preceitos que indicam e defendem a igualdade de direitos entre mulheres e homens, buscando o aprimoramento e a ampliação dos papéis e dos direitos das mulheres na sociedade (Biroli & Miguel, 2015). Essa forma de resistência das mulheres, diante de uma cultura machista e patriarcal secular que é vivenciada de forma

naturalizada cotidianamente, foi e está sendo representada por ondas e lutas conhecidas historicamente por promoverem transformações sociais e interpessoais.

No Brasil, as lutas feministas estão diretamente relacionadas às questões de opressão, repressão e autoritarismo da época da ditadura militar, um período de censura enfrentado, principalmente, pelas mulheres brasileiras (Sarti, 2004). Decorrente disso, as lutas feministas resultaram em conquistas importantes para essa parcela da população, como a ampliação de direitos e instituições voltadas à defesa das mulheres.

Além do que foi dito, os feminismos agem de forma a promover progressivamente o empoderamento das mulheres frente a uma sociedade machista e patriarcal. Por esta razão, uma pesquisa como a proposta por este projeto pode gerar maior visibilidade para os movimentos feministas, promovendo mais força, para que estes ajam sempre, e cada vez mais, em prol de transformações positivas na sociedade como um todo.

Tendo em vista que os estudos acerca dos feminismos são majoritariamente voltados para a sua constituição enquanto movimentos coletivos de uma forma geral, o cenário acadêmico dispõe de poucas pesquisas que abordam as trajetórias de mulheres feministas e como elas percebem que as ideias e as experiências promovidas pelos movimentos provocam alterações em suas vidas, e, por extensão, na sociedade como um todo.

Desta forma, a pretensão da presente pesquisa está diretamente relacionada a trajetória e a subjetivação dessas mulheres enquanto feministas. Pensando nisso, o problema de pesquisa desta monografia segue no sentido de reconhecer e analisar as transformações sociais e pessoais percebidas por mulheres que, atualmente, se autodeclaram como feministas ativas no Distrito Federal.

A fim de obter resposta para o problema de pesquisa, o objetivo primário desta pesquisa é **identificar e analisar as transformações sociais e pessoais percebidas por mulheres feministas no Distrito Federal**. Para alcançar tal objetivo, foram propostos objetivos secundários, como uma forma complementar da pesquisa, a fim de obter um resultado mais completo. Estes são:

- a. Entender as perspectivas de mulheres feministas a respeito das contribuições dos movimentos feministas brasileiros contemporâneos;
- b. Analisar os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas dessas mulheres diante das experiências vivenciadas no decorrer de suas trajetórias como feministas;
- c. Identificar e analisar as diferenças dos modos de subjetivação em relação aos tipos de feminismos em que essas mulheres se inserem.

Esta monografia está estruturada e fundamentada da seguinte maneira.

Inicialmente, está apresentada a fundamentação teórica da pesquisa, a fim de contextualizar a pesquisa empiricamente, esta seção está subdividida em três seções teóricas: 1) feminismos: uma breve história; 2) processos culturais a serem compreendidos, desconstruídos e transformados; e 3) subjetivação e a emergência da mulher como sujeito de ação. Em seguida, na seção sobre a metodologia, são explicadas as peculiaridades epistemológicas e metodológicas da pesquisa, bem como esta foi realizada e como foi estruturado o processo de construção das informações.

Posteriormente, apresentam-se as informações construídas na pesquisa de campo e suas análises, de forma articulada às discussões teóricas da pesquisa, acompanhadas por reflexões finais acerca da temática abordada.

Feminismos: Uma Breve História

“O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes”

(Hooks, 2000, p. 23)

O objetivo proposto por esta monografia tem como finalidade conhecer os processos de subjetivação de mulheres feministas, entretanto para que este objetivo seja alcançado com êxito, é importante que haja um conhecimento geral e histórico do feminismo, de maneira geral, para que seja possível compreender as pautas e demandas batalhadas diariamente por essas mulheres.

Primeiramente, é importante reconhecer que as feministas buscam, principalmente, transformações sociais e pessoais relacionadas com as lutas decorrentes dos movimentos feministas. E é justamente por esta razão que conhecer o feminismo e seus direcionamentos é indispensável para que o objetivo central seja alcançado.

Sendo assim, entende-se o feminismo como um movimento moderno, que surgiu no contexto das ideias iluministas (1680-1780), com a Revolução Americana (1775-1781) e Francesa (1789-1799), buscando reivindicar direitos sociais e políticos. Decorrente disso, as primeiras ideias feministas surgiram em um período histórico marcado por profundas transformações políticas e econômicas, ou seja, na modernidade do iluminismo, a partir do século XVIII, ampliando-se no século XIX e expressando-se como instrumento crítico e reivindicatório (Passos, 2010).

A argumentação da primeira geração do feminismo dizia respeito à possibilidade de transformar a mulher alienada e passiva em uma mulher instruída e consciente de sua capacidade, por suas escolhas e na busca de seus direitos civis. Não obstante, o principal ponto encontrado nas primeiras discussões do pensamento feminista foi a busca da igualdade entre os sexos e compreendeu, naquele contexto histórico, a igualdade pelo caminho da educação intelectual e ao direito ao voto (Passos, 2010).

Durante o século XX, este primeiro momento feminista, chamado “Feminismo Liberal”, passou por várias fases, desde seu fortalecimento até à perda do prestígio na sociedade. Entretanto, uma nova consciência o impulsionou, promovendo outras conquistas, tanto na produção teórica quanto na prática. Na contracorrente da vertente liberal, foi empreendido o “Feminismo Radical”, que se constituiu por pesquisas acadêmicas, reflexões, lutas radicais e pelo enfoque nos temas sobre violência sexual, sexualidade e direitos sobre o próprio corpo (Oliveira & Cassab, 2014).

Pensando em toda trajetória inicial dos movimentos feministas, é possível perceber que estes surgem com a intenção de romper com a ordem patriarcal, denunciando as desigualdades entre homens e mulheres e buscando direitos igualitários e mais humanizados para as mulheres (Oliveira & Cassab, 2014). E com o decorrer das atualizações no cenário das lutas feministas, foram buscadas, cada vez mais, uma maior representatividade de mulheres na sociedade e uma maior contemplação das diferentes lutas; com isso, transcorre a ampliação dos movimentos e o feminismo pós-moderno ganha força.

No Brasil, considera-se o percurso trilhado pelo feminismo a partir de suas fases, ou ondas, como são popularmente conhecidas. Inicialmente, dá-se a primeira onda feminista, caracterizada por um cunho conservador, que mesmo tendo início ainda no século XIX, se fortaleceu entre os anos de 1910 e 1930. Essa luta inicial se deu pelo

inconformismo em relação à figura do homem como central nas relações. Mais especificamente, pela não aceitação do androcentrismo e do machismo estrutural encontrado cotidianamente, no contexto vivenciado (Costa, 2005).

Ainda neste período da primeira onda feminista no Brasil, existiu a luta sufragista, guiada por Bertha Lutz, em 1910, na qual as mulheres lutaram pelo direito ao voto nas urnas. Esta primeira onda ainda acompanha o cenário internacional do feminismo, entretanto o feminismo brasileiro começa a compartilhar de lutas diretas e exclusivamente ligadas ao contexto nacional anos depois (Passos, 2010).

A segunda onda feminista foi caracterizada como o feminismo da resistência, como movimento de oposição. Sarti (1998) ressalta que, na corrente dessa onda, o “feminismo brasileiro surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar” (p. 3). O contexto era de autoritarismo, opressão, repressão, regime militar dominante, falsas democracias autoritárias, dominação masculina e inferiorização da mulher (Costa, 2005; Bittencourt, 2015). Esse período se deu entre os anos 1960 e 1980, e teve como principais objetivos a luta contra a opressão das mulheres, a favor da autonomia e da força da voz feminina, inserção das mulheres nas guerrilhas e luta pela participação política, partindo da demanda de maior representatividade feminina (Costa, 2005). Nos anos 1980 o movimento feminista brasileiro tornou-se uma força política e social consolidada, e foi o “momento de maior engajamento das mulheres na militância pela garantia de seus direitos” (Mendes, Vaz & Carvalho, 2015, p. 92).

Ainda nesse período, temas como sexualidade, anticoncepção, igualdade no casamento, direito à terra e o combate à violência doméstica estiveram em pauta nas lutas feministas; lutas contra o androcentrismo e, conseqüentemente, contra o sexismo ficaram ainda mais evidentes (Costa, 2005; Mendes, Vaz & Carvalho, 2015; de Oliveira & Amênicó, 2006). Foi uma fase de denúncia de uma realidade desigual, seja

econômica, cultural ou política, seja também por gênero, raça, classe ou etnia. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como para a luta pelo complexo de direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto (Biroli & Miguel, 2015; Pinto, 2003).

A segunda onda feminista foi marcada, ainda, pela representação acadêmica da mulher, junto a isto, a luta pelos direitos trabalhistas igualitários, uma vez que o conhecimento pode ser entendido “como um processo de construção coletiva, em espaços de intersubjetividade” (de Oliveira & Amênicó, 2006, p. 603).

Na transição da segunda para a terceira onda feminista, a questão referente às produções acadêmicas ficou ainda mais evidente, a partir da ideia do uso da ciência como uma forma de legitimação, mas também como uma forma de crítica ao uso da ciência com fins voltados para a inferiorização da mulher no meio social, acadêmico e científico (Harding, 1982; de Oliveira & Amênicó, 2006). Com isso, evidencia-se a ideia de epistemologia feminista, considerando primeiramente a epistemologia como uma forma de produção de conhecimento, a partir de pensamentos críticos e reflexivos (Rago, 1998). Essa epistemologia feminista, por sua vez, questiona as formas de dominação, pensando de forma crítica as relações de poder existentes (Haraway, 1988).

De acordo com Rago (1998), os feminismos não se ocupam apenas em produzir críticas contundentes ao modo dominante de produção do conhecimento, embora não seja demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista. Contudo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas.

Dentro das lutas e das epistemologias feministas, existe, portanto, uma crítica à reprodução cultural que alimenta as relações de dominância numa sociedade pós-moderna (Haraway, 1988; Harding, 1982).

Por fim, a terceira onda feminista começou em meados da década de 1980 e teve fortalecimento nos anos de 1990 e tem, entre suas pautas, a conquista de liberdade total para as mulheres. Esta liberdade se refere a todos os aspectos da vida de uma mulher: suas decisões sobre modo de vida, escolhas profissionais, sexualidade, maternidade e entendimento sobre as questões de gênero (Sarti, 1998). As lutas contra os efeitos da sociedade patriarcal se intensificaram nesse período, as mulheres passaram a questionar aspectos que são socialmente aceitos e que ainda as oprimem de alguma forma.

Foi também nesta fase, conhecida como pós-feminismo, chamada assim em consonância com teorias pós-modernas, que surgiu a ideia do feminismo interseccional, que tem suas origens ainda no feminismo negro (Rodrigues, 2013), para dar significado à luta e à experiência de mulheres negras, que não encontravam espaço de discussão quer nos debates feministas, quer nos movimentos negros (Crenshaw, 1989; Henning, 2015). Tal feminismo interseccional agrega todos os tipos de mulheres, com seus variados modos de vida e suas questões específicas (Costa, 2005; Tenorio, 2017). De acordo com Rodrigues (2013), o conceito de interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher”, caminhando no sentido oposto do reducionismo.

Atualmente, vive-se a reatualização e diversificação dos feminismos no contexto brasileiro, com maior difusão e popularização dos movimentos, principalmente ao considerar o auxílio da *internet* e das redes sociais. Desta forma, os movimentos feministas depararam com o crescimento da popularização de pautas feministas, fato que facilita a inserção de cada vez mais mulheres. Algumas conquistas importantes

foram alcançadas, como a aprovação da “Lei Maria da Penha”, em 2006, que aborda a violência doméstica e familiar contra a mulher, simplesmente por serem mulheres; como também a lei penal que considera o homicídio de mulheres, ou seja, feminicídio. Além disso, contemporaneamente vieram à tona a luta pela descriminalização do aborto, as teorias *queer*, as lutas contra a lesbiofobia e a transfobia, dentre várias outras demandas (Tenorio, 2017).

Os feminismos contemporâneos integram aspectos teóricos e englobam movimentos que levam às ruas as reivindicações, das mulheres, de igualdade, cidadania e participação na construção política da sociedade. Existe, portanto, um crescimento significativo dos movimentos feministas no Brasil. No entanto, existe também uma crescente propagação de violência masculina e da manifestação de grupos que vão contra as lutas feministas, o que é considerado um dos maiores desafios contemporâneos. Isso porque é a perda de poder sobre as mulheres que assombra o patriarcado (Swain, 2014). O feminismo atual no cenário brasileiro se faz necessário, considerando principalmente os emergentes desafios e afrontas, mas principalmente o atual cenário político vivido pelos brasileiros.

Em suma, uma perspectiva feminista de gênero significa partir da igualdade para o encontro com as outras pessoas, com respeito mútuo, considerando a intersubjetividade (Stevens, de Oliveira & Zanello, 2014). Neste sentido, corrobora-se com o que diz Beauvoir (2014), que não se deve limitar o conceito de feminismo, nem tampouco de mulher, pois estes se configuram como termos flúidos e que perpassam diversos contextos e formas de significação. Mais uma vez, é ressaltada a ideia de feminismos, no plural, como algo amplo e humanamente impossível de ser categorizado como fixo e único.

Diferente do que muitos, erroneamente, imaginam sobre os feminimos, de que estes são voltados única e exclusivamente para o público feminismo, Hooks (2000), aponta para a importância de que, nesses movimentos, sejam contemplados também o gênero masculino, uma vez que o feminismo é algo para todas as pessoas que tenham consciência de gênero e lutem contra desigualdades existentes entre homens e mulheres. Ainda neste sentido, Scott (2012), afirma que o termo ‘gênero’ costuma ser usado como sinônimo do termo ‘mulher’, mas que gênero “é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre mulheres é necessariamente informação sobre os homens” (p. 76), uma vez que o estudo sobre um implica, consequentemente, no estudo sobre o outro.

Processos Culturais e Desigualdades de Gênero

“Homens são socializados por grupos de homens de classe dominante a aceitar a dominação no mundo público do trabalho e a acreditar que o mundo privado de casa e dos relacionamentos íntimos vai restaurar neles o senso de poder, que eles equiparam à masculinidade. ”

(Hooks, 2000, pp. 99-100)

Assim como é importante conhecer o percurso dos movimentos feministas de maneira geral, também é importante conhecer os processos culturais como geradores das lutas feministas. Uma vez que as ações feministas são resultado de uma estrutura cultural e social secular, cabe aqui abordar alguns aspectos que resultam nas desigualdades de gênero e, conseqüentemente, na batalha contra tais desigualdades impostas cultural e socialmente.

O conceito de cultura utilizado nessa monografia considera os processos semióticos presentes na base dos fenômenos culturais, estes se aplicam tanto na esfera coletiva quanto na esfera individual (Madureira, 2016). A construção dos significados culturais ocorre de forma bastante ampla, mediante sistemas que se articulam às esferas hierárquicas de poder existentes entre diversos grupos sociais que estão presentes em diferentes contextos socioculturais (Madureira, 2010).

Valsiner (2012) afirma que a propagação da cultura deve ser entendida como uma produção histórica, tratando-se de uma construção diretamente relacionada às relações dos indivíduos e dos grupos sociais entre si. Entende-se que a cultura se transforma pela ação dos sujeitos e grupos sociais (Madureira & Branco, 2012). A

cultura, por sua vez, é capaz de transformar a realidade vivida pelos seres humanos, pois está presente em todos os processos do desenvolvimento humano (Laraia, 2002).

Ao considerar isso, é pertinente compreender a cultura como um sistema aberto que envolve, diretamente, a produção humana e os processos de significação (Madureira & Branco, 2005). Isso remete a um pensamento de que tudo que existe na sociedade se configura como parte integrante da cultura, pois, mesmo que indiretamente, tal elemento está constantemente passando por processos de significação, uma vez que tenha entrado em contato com seres humanos.

Desta forma, a cultura tem fundamental importância para a formação das identidades pessoais e sociais dos indivíduos, considerando, inclusive, as particularidades de cada uma (Valsiner, 2012). A construção das identidades está diretamente relacionada à marcação simbólica das diferenças encontradas entre os grupos sociais, e essa se faz necessária nesse processo (Madureira, 2007; Madureira & Branco, 2012; Woodward, 2000). De acordo com Woodward (2000), essa marcação apresenta uma gênese cultural, por ser promotora da ideia de que as diferenças existentes entre as pessoas apontam para algo, muitas vezes, negativo a ser evitado, o que leva às relações de poder historicamente estabelecidas pela sociedade. Desta forma, a identidade social está relacionada às posições que o sujeito assume na complexa rede de significações culturais, ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo social de referência (Madureira & Branco, 2007).

A afirmação da identidade e a marcação simbólica da diferença consistem em pensar as relações como uma forma de pertencimento ou não a um determinado grupo dentro de determinada sociedade, tal separação supõe a existência de relações de poder (Silva, 2000). A identidade, portanto, é relacional (Woodward, 2000), e, além disso, é política, pois quando as diferenças são transformadas em desigualdades, significa dizer

que relações de poder já foram fortemente estabelecidas em termos históricos. Uma vez que as marcações das diferenças são utilizadas como fator excludente dentro da sociedade, emerge a formação das relações de poder herdadas culturalmente, fato que evidencia a importância dos estudos dos significados culturais (Bruner, 1997).

Um exemplo significativo e importante para as lutas feministas diz respeito às identidades femininas e masculinas, na qual estão presentes essas fortes marcações simbólicas das diferenças (Madureira & Branco, 2012). Quando levada ao seu extremo, pode resultar na reprodução de relações de poder desiguais com relação ao gênero. As questões de gênero abrangem, de forma integrada, o estabelecimento de padrões hegemônicos encontrados na sociedade. Durante séculos, a sociedade brasileira vem construindo estereótipos relacionados ao gênero feminino, abrindo margens para o preconceito e a discriminação contra as mulheres (Silva, 2010).

O estereótipo, na acepção de Chauí (1996/1997), vai referir-se a um conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes julgados como “naturais” sem questionamento. Consiste, portanto, em enfatizar o que há de semelhante entre pessoas e grupos, e, a partir disso, fazer generalizações. O preconceito é caracterizado, segundo Rodrigues (1999), como atitudes hostis ou negativas com relação a determinados grupos com características semelhantes. Preconceito é, portanto, uma forma de barreira cultural (Madureira & Branco, 2012) capaz de inviabilizar o diálogo e trocas entre diferentes grupos sociais (Silva, 2000), são fronteiras simbólicas rígidas com profundas raízes afetivas (Madureira & Branco, 2012). A discriminação é conceituada como o preconceito posto em prática, esta pode levar a exclusão de determinados grupos por considerar as diferenças como excludentes, no que diz respeito a um processo social. Alguns exemplos de preconceito e discriminação relacionados aos estereótipos são o sexismo, o racismo, a homofobia, entre outros.

Desta forma, evidencia-se a misoginia (Loponte, 2002), prática contextualizada dentro do sexismo, expressão das relações de poder desiguais entre homens e mulheres. O sexismo não é algo recente, este está relacionado, principalmente, ao ódio às mulheres, misoginia, propagado culturalmente há séculos (Loponte, 2002). Este, portanto, é considerado uma crença de que homens são o padrão “normal” da sociedade (Jesus, 2013) e tal visão incorre na suposição equivocada de que as mulheres devem ser hierarquicamente inferiores e submissas aos homens (Silva, 2010). De acordo com Smigay (2002), homofobia e sexismo são preconceitos fortemente ligados um ao outro, apesar de não se configurarem como sinônimos, nesse sentido, ambos se enquadram em categorias de possíveis geradores de violência de gênero. A homofobia, que diz respeito ao preconceito quanto às orientações sexuais que fogem da heteronormatividade, é, de acordo com a perspectiva de Welzer-Lang (2001), uma interiorização do sexismo nas relações com os outros, isto é, imagens estereotipadas que se constroem sobre os gêneros, sobretudo quando se pensa que os gêneros são imutáveis.

Um conceito central para o entendimento das relações de poder e dos preconceitos encontrados com relação ao gênero é o de masculinidade hegemônica, que é caracterizado pelo fato de que os homens são “treinados” culturalmente a provar sua masculinidade à sociedade (Junqueira, 2009). Desta forma, o sexismo está profundamente relacionado à ideia da suposta superioridade masculina. Segundo Parker (1991), o homem é historicamente caracterizado por sua superioridade, força, virilidade e atividade potencial para a violência e o legítimo uso da força, enquanto que a mulher é socialmente caracterizada por sua inferioridade e fraqueza.

Por um lado, as mulheres são culturalmente acostumadas a se colocarem em uma posição de necessidade de seguir tais padrões e, também, de assumir um papel de fragilidade diante da figura masculina (Loponte, 2002). Por outro lado, os homens são

culturalmente incentivados a demonstrarem sua masculinidade (Junqueira, 2009), outro termo abordado por Bourdieu (2005) como dominação masculina, uma das consequências dessa dominação é o falocentrismo, um sistema de significados que dá centralidade ao pênis e ao poder sexual masculino.

De acordo com Silva (2010), diante destes padrões reproduzidos socialmente, às mulheres são, em sua grande maioria, reservados papéis sociais de menor destaque, quando comparados aos dos homens. Existem pensamentos enraizados na sociedade que se voltam para a ideia de que as qualidades femininas estariam vinculadas à criação dos filhos e cuidados do lar, reforçando os estereótipos de fragilidade e de fraqueza atribuídos às mulheres. Há, portanto, uma incorporação dessa dominação masculina diante dessa sociedade heterocêntrica (Bourdieu, 2005). Nesse sentido, a hierarquia de gênero (Parker, 1991), consiste em pensar que determinado gênero, no caso o masculino, é superior ao outro, no caso o feminino, estabelecendo, portanto, o direito à dominação do homem sobre a mulher (Bourdieu, 2005).

Desta forma, a sociedade depara-se com a ocorrência do ódio à mulheres, a misoginia (Loponte, 2002), prática contextualizada dentro do sexismo, muitas vezes visto como a expressão de relações de poder desiguais. A mulher, nesse contexto, assume um papel de fragilidade diante da figura masculina, de acordo com a ideia de superioridade dos homens em relação às mulheres. Desde modo, a mulher é entendida como perigosa”, como um ser que deve ser controlado, governado (Loponte, 2002). No caso, quem domina é aquele que historicamente detém o poder, os homens. De acordo com Silva (2010), às mulheres sempre foram reservados papéis sociais de menor destaque, suas qualidades estavam sempre vinculadas à criação dos filhos e aos cuidados do lar, reforçando os estereótipos de fraqueza e fragilidade atribuídos às mulheres.

Outro termo questionado pelos movimentos feministas diz respeito à objetificação do feminino (Berger, 1980; Loponte, 2002), que também é um assunto alarmante a ser abordado, uma vez que o sexismo é generalizado, decorrente de uma sociedade onde nascer homem é sinônimo de nascer com “sorte”. Atualmente, persiste a internalização do olhar masculino inclusive por parte da própria mulher, o machismo é praticado tanto por homens quanto por mulheres (Loponte, 2002). A mulher é “treinada” cultural e historicamente para lidar com o seu corpo como objeto visual para a contemplação masculina, a se portar, ainda hoje, como vigiada e vigilante de si mesma (Berger, 1980). Desde a representação feminina nas pinturas europeias, a partir do Renascimento, os corpos femininos vêm sendo transformados em objetos visuais, as mulheres vêm sendo caracterizadas por sua suposta passividade e fragilidade (Berger, 1980; Loponte, 2002).

Essas crenças incentivam o preconceito como fenômeno de fronteira (Madureira & Branco, 2012), posicionando as mulheres como seres inanimados, sem direito a voz, opinião ou, até mesmo, vontade. Desse modo, apenas os homens são, frequentemente, representados como sujeitos da ação, enquanto que as mulheres são representadas como objeto para contemplação masculina (Berger, 1980; Loponte, 2002).

De modo a finalizar esse capítulo, é importante ressaltar o que Butler (2012) afirma, sobre gênero ser um conceito relacional, que implica diretamente em relações de poder de privilégios. E, desta forma, conseqüentemente, a diferença sexual é uma construção de gênero (Zanello, 2016). Considerando isso, evidencia-se, conclusivamente, que os aspectos culturais interferem mutuamente nos aspectos que tangem as questões de gênero, principalmente no que diz respeito aos aspectos das relações interpessoais que perpassam as diferentes instâncias do desenvolvimento humano.

As questões culturais abordadas acima, bem como a masculinidade hegemônica, as desigualdades de gênero e as violências contra as mulheres são as principais pautas no ativismo de mulheres feministas. Almeida (2014), referente a isso, afirma que “a atuação e as reivindicações da militância feminista criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão” (p.329), no que diz respeito a tais aspectos, inclusive, aliando-se a esforços acadêmicos para dar visibilidade sociológica a estes.

Subjetivação: a Emergência da Mulher como Sujeito

“Eu queria que tivessem uma resposta para a pergunta ‘o que é o feminismo?’ que não fosse ligada nem a medo nem a fantasia. Queria que tivessem esta simples definição para ler repetidas vezes e saber que: ‘feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão’”.

(Hooks, 2000, pp. 12-13)

Ao pensar nos processos culturais que acarretaram nas lutas feministas e na deslegitimação do papel da mulher como sujeito ativo na sociedade com o passar dos séculos, as ideias acerca da subjetividade sustentam a importância de um olhar voltado para a perspectiva das mulheres diante da sociedade brasileira contemporânea, a fim de evidenciar as configurações subjetivas presentes no processo de movimento social promovido por elas. Nesse sentido, configurações são entendidas como uma categoria que define a personalidade humana como uma forma de organização subjetiva individual. Desta forma, entende-se que os movimentos feministas e as mulheres participantes dos coletivos feministas possuem trajetórias entrelaçadas, uma vez que, assim como na cultura, o sujeito participa de forma ativa dos processos de subjetivação social.

De acordo com González Rey (1997), a relação entre subjetividade social e individual é complexa, pois o comportamento humano se expressa com diversas contradições entre suas necessidades individuais e sociais, uma vez que deve se atribuir sentido para manter seu desenvolvimento pessoal no meio de sua expressão social.

Desta forma, entre o social e o individual não há uma relação linear, nem tampouco homogênea. Assim, o conceito de subjetividade social surge como uma crítica aos pensamentos que enfatizavam os processos de comunicação sem considerar o indivíduo como sujeito desses processos.

Sendo assim, a subjetividade social considera os processos individuais dos sujeitos de forma integrada ao funcionamento social (González Rey, 2003). Desta forma, o sujeito é caracterizado por seu caráter ativo nos processos sociais, sendo constituído por estes, ao mesmo tempo em que os constitui. Assim como os processos culturais estão sempre transformando as pessoas, ao mesmo tempo em que são transformados por elas.

Segundo González Rey (2003), a subjetividade social é resultado dos processos de significação e atribuição de sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social. Então, os conceitos de subjetividade social e subjetividade individual não constituem uma dicotomia, assim como não se configuram como processos excludentes. As subjetividades social e individual são, pelo contrário, complementares e indissociáveis, uma vez que juntas constituem a identidade das pessoas, ao mesmo tempo que funcionam como configurações subjetivas auxiliares para a produção de sentido subjetivo individual de cada sujeito.

O indivíduo, então, se constitui dentro da subjetividade social. Entretanto representa um momento de diferenciação no desenvolvimento da mesma, permitindo a constituição da subjetividade individual, da emergência de si como sujeito e da construção de significação e sentidos subjetivos a partir de suas vivências (González Rey, 2003).

Portanto, a subjetividade individual aponta para os processos de subjetivação associados à experiência social do sujeito, bem como as formas de organização desta

experiência por meio do curso da história do sujeito. Ela é resultado da participação ativa do indivíduo em espaços sociais constituídos historicamente. Portanto, na gênese de toda subjetividade individual estão os espaços constituídos de uma determinada subjetividade social que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontogenia como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história. Desta forma, destaca-se que os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais (González Rey, 2003).

Para González Rey (2014) as configurações subjetivas se organizam através de unidades simbólico-emocionais do indivíduo em torno de algum processo significativo para ele. Essas experiências pessoais, eventos e processos sintetizam uma configuração subjetiva atual possuindo características das condições sociais e culturais. Assim, integra a psicologia social comunitária através do conceito de subjetividade social. Essa definição teórica de González Rey (2014) permite a discussão da subjetividade social, já que se constitui de um momento de integração da psicologia social comunitária, permitindo a compreensão de processos sociais que através dos sentidos subjetivos se expressam nas práticas comunitárias, assim como os sujeitos dela.

O conceito de sentido subjetivo e configuração subjetiva, para González Rey e Bizerril (2015), são configurações e sentidos gerados pelos espaços sociais habitados, esses conceitos se integram à emoção e à cultura. Deve-se pensar que esses processos não são externos ao indivíduo. Para González Rey (2014) essas categorias teóricas não são suscetíveis de uma definição a priori universal pelos seus conteúdos, fazem-se a partir da ação dos protagonistas nas ações sociais e individuais, sendo assim inseparáveis.

Dessa forma, González Rey (2007) discute que as configurações subjetivas não determinam os comportamentos do ser humano. Um indivíduo, então, tem um sistema complexo que se organiza através das experiências de vida e que são expressões do sujeito. Esse sistema se articula com o momento vivenciado e produz sentido subjetivo que pode, ou não, mudar essas configurações subjetivas.

O fato de as configurações não definirem a ação demonstra para González Rey e Bizerril (2015) que as configurações subjetivas da personalidade não são estáticas. Sendo assim uma organização singular que se expressa de maneiras diferentes tanto no sujeito como nos diferentes contextos vividos como, por exemplo, nos espaços sociais comunitários.

Essa discussão se demonstra extremamente importante para o tornar-se sujeito, já que atribui uma responsabilidade àquele que toma as decisões de como lidar com as situações vividas. O conceito de subjetividade, que permeia a existência do sujeito, permite, então, que este saia de uma visão determinista da personalidade, considerando que as ações humanas não são resultados dela, mas constitutivas da própria experiência, demonstrando a capacidade do indivíduo e também de grupos sociais gerarem novas formas de subjetivação em espaços normativos (González Rey & Martínez, 2017).

O olhar não determinante desses processos permite adentrar na questão levantada por González Rey e Martínez (2017) de que as configurações não representam a totalidade, e sim um sistema em movimento. O indivíduo não é vítima da sua subjetividade, pois para ser sujeito é necessário que haja um processo ativo na tomada de decisões que são fontes que geram sentidos subjetivos. Através disso, é possível uma mudança da configuração subjetiva.

O indivíduo descrito por González Rey e Martínez (2017) é gerador de sentidos subjetivos, que estão para além das representações, e possibilitam abrir novos processos

de subjetivação. Dessa forma ocorre mudanças nas configurações subjetivas e assume-se, então, decisões e caminhos que se tornam sociais, de forma constante.

Nessa perspectiva teórica, não existe passividade, até em momento de sofrimento a pessoa está ativa, já que se impõe em todas as experiências individuais, impossibilitando gerar novos espaços de subjetivação. Ser sujeito, então, é abrir uma via de subjetivação além do normativo e que de forma criativa se produza recursos subjetivos para produções simbólicas, gerando novos caminhos (González Rey & Martínez, 2017).

Atribuindo então a inseparabilidade do individual com o social González Rey (2005) discorre que a subjetividade social se apresenta também nas representações sociais dos diferentes espaços, que através do discurso e produções de sentido, se organizam de forma subjetiva. Assim, o sujeito individual está sempre inserido nos espaços das subjetividades sociais.

A subjetividade então podendo ser individual e social para González Rey e Martínez (2017) demonstra que os sentidos subjetivos apresentados por cada um desses se mostram inseparáveis e não podem ser tratados como se fossem externos um ao outro. Sendo assim intrinsecamente organizados.

Essa dicotomia entre indivíduo e comunidade gera uma dificuldade no fazer comunitário. Atualmente, vivemos em um contexto com grande ênfase no individual. Como disserta Montero (2004), na psicologia a ênfase no individual apresenta um indivíduo passivo, receptor de ações e não ferrador de respostas ou ações. Dessa forma, teria pouco a contribuir com os problemas da sua comunidade. Discutida também por Sawaia (1996), as comunidades contém individualidade, mas não é essa unidade do indivíduo único que tem o maior foco, pois se incentiva a comunicação livre, atribuindo o mesmo poder e participação para todos os envolvidos.

Essa visão limitada do indivíduo precisa ser modificada, como já discutido dos indivíduos e comunidade são um tecido social complexo e inseparáveis. González Rey (2014) defende que os espaços sociais possuem dinâmicas próprias geradoras de processos psicológicos nos indivíduos, que estão implicadas nesse processo e vice-versa. Esse funcionamento faz parte um do outro pensando na multiplicidade dos processos existentes e diferentes configurações que os formam.

Ademais, faz-se necessário que a comunidade rompa com a dicotomia entre coletividade e individualidade, é preciso um movimento que permita a existência coletiva, fluir de experiências sociais e o poder do compartilhar da realidade do eu, pensando em uma luta coletiva pela libertação de cada um e pela igualdade de todos. (Sawaia, 1996)

Aliás, também é necessário um cuidado para a não romantização do que é ser sujeito. Como discutido por González Rey e Martínez (2017) o tornar-se sujeito mediante um conflito não diminui a intensidade do sofrimento de forma imediata, mas por meio desse há o caminho de novas vias de subjetivação o qual esse sofrimento poderá se amenizar.

Nesse sentido, emerge-se o sujeito. Este representa a capacidade de posicionamento de indivíduos e grupos, cujos limites estão na própria produção simbólica da cultura e nos recursos subjetivos para assumir os desafios dos espaços existenciais da experiência (González Rey & Martínez, 2017). Estes conceitos contribuem com o objetivo geral da presente monografia, pois com base neste referencial teórico sobre a emergência da mulher como sujeito, a discussão desenvolvida na presente seção auxilia a entender como as mulheres se subjetivam a partir dos ideais feministas.

Portanto, tornar-se sujeito em um espaço social comunitário não pode ser visto como uma fórmula mágica de “cura” ao sofrimento e nem esperar que essa comunidade se torne um exemplo de cidadania. Assim, ressaltando as dificuldades e conflitos que fazem parte dessa dinâmica complexa. Entretanto, a mulher que sempre ocupou um espaço subalterno, de social inferioridade frente aos homens, por meio do empoderamento e da autonomia, e isso com a ajuda dos feminismos e das feministas antepassadas, pode ocupar o lugar de protagonista de suas ações e de uma sociedade, ainda estruturalmente machista. Neste sentido, tornar-se sujeito diz respeito à saída de uma posição de passividade frente a outras pessoas, e, desta forma, responder em nome de suas atitudes (González Rey, 2003).

A mulher, a partir do momento em que se depara com os movimentos feministas e passa a se impor de forma ativa social e politicamente, passa a ocupar um lugar de sujeito em meio à sociedade. Neste sentido, os feminismos também funcionam como ferramentas de empoderamento, uma vez que possibilita a retirada da mulher de um papel de passividade. Portanto, o feminismo, de maneira geral, se faz importante a partir do momento em que permite a emergência da mulher como sujeito.

Metodologia

Para a pesquisa realizada, foi utilizada a metodologia qualitativa de investigação, que consiste na tentativa de produzir conhecimentos que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que é representada pela subjetividade humana. Desse modo, o conhecimento não é apenas condicionado, determinado e produzido recursivamente, mas é condicionante, determinante e produtor, ligado aos aspectos culturais, sociais e históricos (González Rey, 2005). Desta forma, exige-se uma capacidade de realizar esse balanço flexível entre a teoria e a realidade, para que seja alcançado o êxito esperado no percurso da pesquisa (Minayo, 2007). Neste sentido, Silva e Cappelle (2013), pontuam que a metodologia qualitativa de pesquisa visa romper com a dicotomia entre o empírico e o teórico.

A pesquisa qualitativa proposta parte da **Epistemologia Qualitativa** desenvolvida por González Rey que, segundo González Rey e Martínez (2017), consiste em considerar o diálogo entre o/a pesquisador/a e os/as participantes da pesquisa como a principal fonte de construção do conhecimento. Esta fundamenta-se em três princípios norteadores.

- I. O caráter **construtivo-interpretativo** é o primeiro princípio da Epistemologia qualitativa proposta por González Rey (1997), parte do pressuposto de que a realidade e o conhecimento estão em constante construção, considerando o conhecimento como uma produção humana, e não como apropriação linear da realidade estudada.
- II. **Comunicação e diálogo** são os processos de pesquisa considerados pelo segundo princípio da Epistemologia Qualitativa (González Rey, 2005); neste

sentido, a comunicação é um espaço privilegiado para o estudo da subjetividade e serve como via para a conversão dos que fazem parte da pesquisa em sujeitos da pesquisa (Silva & Cappelle, 2013).

III. O terceiro princípio é o da **legitimação do singular** como fonte de levantamento de informações e produção do conhecimento, buscando captar o sentido subjetivo dos sujeitos da pesquisa (González Rey & Martínez, 2017).

Diante desta perspectiva, é inviável uma neutralidade por parte do/da pesquisador/a, em outras palavras, este/a não deve desconsiderar sua história subjetiva e suas próprias experiências, enquanto estiver em campo atuando na investigação (González Rey & Martínez, 2017). Desta forma, existem determinadas influências no decorrer da pesquisa, que provém da interpretação feita pelo/a próprio/a pesquisador/a, em outras palavras, o conteúdo analisado deve ser interpretado, considerando a percepção subjetiva dos/as participantes da pesquisa e do/a próprio/a pesquisador/a (Neto, 2012).

Foi utilizado o **método construtivo-interpretativo** para a realização desta monografia, que representa uma pesquisa simultaneamente como teórica e dialógica, pressupondo um nível de envolvimento das participantes com suas próprias experiências de vida e com o processo de relação em que as estão vivendo no curso da pesquisa, fazendo-se uso de manejos dialógicos e conversacionais para a produção do conhecimento (González Rey & Martínez, 2017). O método aqui proposto tem como foco a construção das informações e não a simples coleta de “dados”. Desta forma, a subjetividade é de fundamental importância neste processo, uma vez que a pesquisa se faz através da mediação e interação entre pesquisadora e participante. A pesquisa, então, é resultado do sentido que o/a pesquisador/a atribui como fonte informativa para seu projeto (González Rey & Martínez, 2017; Neto, 2012).

A subjetividade, no processo construtivo-interpretativo, surge na minúcia da fala dos/as participantes em conjunto com a interpretação acarretada pela pesquisadora decorrer da prática dialógica, durante a pesquisa. Evidenciam-se, então, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas que constituem os sujeitos de pesquisa, no momento de fala e de escuta destes. É desta forma que, no cenário específico da proposta deste projeto de monografia, a pesquisadora irá se deparar com a emergência da mulher como sujeito de suas ações e de seus pensamentos, sendo possível uma maior captação e interpretação da subjetividade implicada na pesquisa (González Rey & Martínez, 2017).

Participantes

Participaram da pesquisa nove mulheres que se auto proclamam como feministas. A fim de preservar o sigilo quanto às identidades das participantes dessa pesquisa, foram utilizados nomes fictícios para cada uma:

Nome	Idade	Cor	Gênero	Sexualidade
Jade	32	branca	cisgênero	heterossexual
Rubi	19	branca	cisgênero	homossexual
Cristal	57	branca	cisgênero	heterossexual
Pérola	21	branca	cisgênero	heterossexual
Rosa	39	negra	cisgênero	bissexual
Margarida	39	negra	cisgênero	bissexual
Zafira	45	branca	cisgênero	heterossexual
Violeta	23	branca	cisgênero	bissexual
Liz	26	branca	transgênero	bissexual

Tabela 1: identificação das participantes.

Instrumentos

A proposta da pesquisa é proporcionar momentos de conversa com mulheres, maiores de 18 anos de idade, que tenham escolhido se identificar como feministas, com o objetivo de entender os sentidos subjetivos do feminismo em suas vidas.

Antes de tudo, foi realizado um mapeamento minucioso prévio mulheres que possivelmente poderiam participar da pesquisa, a partir de uma “amostra por conveniência”, ou seja, por meio de contatos nas redes de relações sociais e profissionais da pesquisadora. O convite para a participação da pesquisa, bem como uma rápida explicação sobre a mesma, se deu através de canais de comunicação. Além da seleção por amostra, a pesquisadora mapeou possíveis organizações não-governamentais feministas no Distrito Federal, com estes foi feito contato com participantes destes movimentos, com a intenção de agendar possíveis dinâmicas conversacionais individuais. Após a realização das primeiras dinâmicas, foi utilizada a técnica “bola de neve” (Handcock & Gile, 2011), para potenciais participantes da pesquisa.

Como fator central proposto da teoria da subjetividade, o diálogo é um processo que envolve os indivíduos como agentes ativos em diálogo, o que caracteriza como produção subjetiva dos sujeitos; sendo assim, a dialogicidade não se limita a um procedimento ou instrumento (González Rey & Martínez, 2017).

Considerando, portanto, o processo da pesquisa construtivo-interpretativa, a didática utilizada para a construção da informação é feita, principalmente, da dinâmica conversacional que se configura como um formato dialógico no percurso livre da pesquisa. Acompanhada por momentos para a realização de complemento de frases, que

auxiliam o trajeto da pesquisa quanto aos objetivos propostos por esta (Gallert, *et al*, 2016).

A todas as participantes foram entregues duas vias do **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (Anexo 1). Antes que fosse dado início à pesquisa (dinâmica conversacional e complemento de frases), foi explicado às participantes informações essenciais sobre a pesquisa, bem como seus objetivos, sua relevância e importância e as questões éticas envolvidas em toda e qualquer pesquisa qualitativa. Após esse primeiro momento, com cada uma das participantes (em dias, locais e horários diferentes, pois consiste em uma pesquisa individual) foi dada continuidade ao processo da pesquisa.

A **dinâmica conversacional** (Anexo 2) parte do princípio de que a conversação desperta o sentido subjetivo do sujeito por meio da significação de sua experiência pessoal através da sua fala reflexiva. Promovendo o surgimento de novos processos simbólicos e emoções, a dinâmica conversacional leva o pesquisador à trama de sentidos subjetivos do sujeito pesquisado, o que possibilita a construção de configurações subjetivas para a elaboração do modelo teórico na perspectiva epistemológica. O pesquisador nesse momento tem o papel de facilitador da dinâmica que auxilia o diálogo. Dessa forma, há como recuperar o sujeito produtor e ativo na construção de suas experiências. Portanto, serão realizadas dinâmicas conversacionais individuais com as participantes da pesquisa com vistas a construção de interpretações entre pesquisadora e essas sobre como se subjetivam a partir da inserção no movimento feminista e como se percebem como mulheres a partir deste envolvimento.

Para a dinâmica conversacional, foi feita a seguinte indagação inicial: “Me conte um pouco sobre a sua história de vida e sua trajetória como feminista”. A partir desta pergunta disparadora, considerando o decorrer da conversação estabelecida, foram

sendo criados diálogos pertinentes à temática, com base no que estava sendo levantado pelas participantes, individualmente.

Já o **complemento de frases** (Anexo 2) parte da ideia de que um agrupamento a *priori* de frases que têm alguma ligação entre si, promove a possibilidade de entrar em campos de sentidos complexos. Isso favorece desdobramentos no decorrer da pesquisa, produzindo indicadores que são fundamentais para o desenvolvimento de modelos responsáveis pela inteligibilidade do problema estudado. Os complementos serão utilizados como recurso de pesquisa conjuntamente com as dinâmicas conversacionais, com a finalidade de aumentar as condições de diálogo entre pesquisadora e participantes. Foram estabelecidas previamente os seguintes complementos de frase: 1) ser mulher é; 2) ser feminista é; 3) o feminismo é; e 4) hoje me considero mais.

É importante considerar que todos os processos realizados durante o método construtivo-interpretativo são construídos no decorrer da pesquisa, compartilhando, portanto, de uma abordagem de pesquisa não-diretiva. Isso se dá devido à ideia de que a subjetividade humana é desenvolvida por meio da prática dialógica (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017).

Processo de construção da informação

Após a realização do procedimento metodológico com todas as participantes, foram transcritas as conversações decorrentes da pesquisa, e finalmente realizada a sistematização das informações coletadas, a interpretação acerca dos sentidos subjetivos envolvidos dos diálogos com as mulheres feministas participantes e desenvolvida a **construção da informação**.

O procedimento para a construção da informação representa um caminho hipotético, no qual o/a pesquisador/a vai gerando distintas hipóteses, no decorrer das quais emergem os significados (González Rey & Martínez, 2017). Os indicadores, “construções do/a pesquisador/a que se apoiam em múltiplos aspectos qualitativos da expressão dos/as participantes” (p.110), são a principal fonte de levantamento de hipóteses, para o método construtivo-interpretativo. Desta forma, cabe ao/a pesquisador/a ouvir, anotar, observar e interpretar as falas das participantes, a fim de levantar hipóteses, para, enfim, compreender os sentidos subjetivos envolvidos nessas falas e, então, criar as informações que foram levantadas no decorrer da pesquisa, em conjunto com a base teórica e os objetivos a serem alcançados.

Análise e Construção da Informação

Tendo em vista que o conhecimento é um processo de construção e que encontra a sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do/a pesquisador/a, com a multiplicidade de eventos empíricos existentes no processo investigativo (González Rey, 2005), torna-se importante ressaltar que nada do que será mencionado aqui pode ser garantido de forma imediata no processo da pesquisa, pois tais construções podem não ser as mais adequadas para dar conta do problema estudado, mas sim servir como base para novos estudos e construções futuras.

É importante lembrar que o curso da pesquisa, de maneira geral, já é considerado como processo de construção da informação, visto que esta informação é relevante para o problema estudado, entretanto não aparece diretamente nas respostas das participantes, estas são hipóteses que vão ganhando força, organizadas pelos indicadores

que a pesquisadora construiu fundamentados nas expressões das participantes, nos mais diversos momentos da pesquisa (González Rey & Martínez, 2017). Portanto, as análises aqui dispostas são interpretações e construções voltadas para o presente momento.

Dessa maneira, com base nos encontros que foram realizados, tendo como tema e apoio para toda a dinâmica conversacional os sentidos subjetivos nas falas de mulheres feministas, foi possível levantar alguns pontos interessantes e que merecem maior destaque. Estes pontos foram subdivididos por eixos, que se configuram como complementares entre si.

Aspectos plurais e singulares das trajetórias de mulheres feministas

“Ser membro de um grupo explorado não torna ninguém mais inclinado a resistir. Se assim fosse, todas as mulheres teriam tido vontade de participar do movimento de mulheres. Experiência combinada com consciência e escolha são fatores que normalmente levam mulheres a aderir à política de esquerda.”

(Hooks, 2000, pp. 137-138)

Ainda que existam inúmeras formas de ser mulher e, conseqüentemente, inúmeras formas de ser feminista, dada a própria pluralidade e historicidade dos feminismos, há aspectos presentes na trajetória de tais diferentes personalidades encontradas no cenário contemporâneo brasileiro, em específico, brasiliense. Por esta razão, um fator relevante percebido nas dinâmicas conversacionais é relacionado à **singularidade** e à peculiaridade das vidas, das histórias e das transformações pessoais e sociais das diferentes mulheres que participaram da pesquisa. Neste sentido, a singularidade, aponta da Silva (2009), é o que distingue uma pessoa das outras.

Sendo assim, e também considerando o foco da pesquisa em compreender as configurações subjetivas dessas mulheres, é importante ter um olhar cuidadoso para cada história contada, percebendo, compreendendo e analisando não somente as semelhanças entre si, mas principalmente as particularidades envolvidas em cada uma. Fatos e acontecimentos comuns, que apesar dos diferentes contextos, cruzam-se na trajetórias das diferentes mulheres inseridas numa lógica patriarcal e machista, como é o caso do atual cenário brasileiro. As localizações sociais das participantes, tal como visto na Tabela de participantes exposta na seção de Metodologia, já apontam para recortes

de raça e geração. Pode-se adicionar outras localizações subjetivas, tal como a classe, a sexualidade, etc.

A singularidade tem diferentes formas de expressão na fala das participantes. Por exemplo, Rosa, em sua fala, muitas vezes emocionada, expressa o que ela é individualmente, demonstrando suas dificuldades como mulher negra e mãe. Permitindo-se, inclusive, diferenciar sua expressão singular das expressões dos coletivos feministas com os quais já teve algum tipo de contato. Rosa também se expressa no sentido dos fatores que ela percebe como sendo fundamentais para a sua identificação como uma mulher feminista.

“Eu paro pra pensar o feminismo mesmo como um referencial teórico, a partir do qual eu vou orientar minha vida no momento em que eu engravidado [...] Assim, de parar e escolher um nome que não desse trabalho pra escrever [...], até arrumar o quarto e pintar a parede de amarelo, e não de rosa [...], ao invés de colocar boneca, colocar bichinhos [...], tentar um parto normal, natural [...]. Todas essas escolhas eu estive fazendo a partir de uma perspectiva que eu considero feminista, porque eu tava colocando como prioridade a minha escolha, de forma que eu conseguisse também proteger futuramente e dali pra frente e dali pra sempre, as escolhas dela.” - Rosa.

Em um segundo exemplo, outra participante, Margarida, fala de si como sujeito único, com suas características, que são lidas socialmente pela questão do racismo fenotípico e do sexismo contra mulheres negras. Sua expressão singular é também sua expressão coletiva como mulher negra, que a conecta com o pertencimento ao feminismo negro. Em sua fala, é possível perceber indicadores de que seu lugar como mulher negra é algo que a deixa muito orgulhosa. E isso a faz significar essa condição

de maneira inovadora e positiva, principalmente baseando-se do que diz a autora Patrícia Hill Collins.

“Esse lugar de mulher negra, que é subalternizado dentro de uma sociedade patriarcal racista, ele me oferece um lugar, uma visão de mundo privilegiada, porque eu não tenho outro pra oprimir [...]. Então eu entendo que, embora seja um lugar subalterno, ser uma mulher negra, ao mesmo tempo me dá essa visão privilegiada. E eu acho que essa visão ensina a gente a ter uma proposta libertária de sociedade. Que não pode ser racista, não pode ser sexista, não pode ser heteronormativa. Tem que ser ampla, pra abarcar todas as nossas experiências. Então, quando eu, enquanto mulher negra, estou reivindicando as minhas demandas, o atendimento às minhas demandas não vai impedir o atendimento à demanda de ninguém, muito pelo contrário, ela vai trazer todas as demandas juntas.” - Margarida.

Rosa e Margarida apresentam características semelhantes, como idade, raça e sexualidade, entretanto, ambas significam de maneiras diferentes o papel do feminismo em suas vidas. Enquanto Margarida declara-se feminista negra pertencente ao movimento de mulheres negras, Rosa expressa-se no sentido de não conseguir se encaixar em nenhum coletivo feminista, uma vez que percebe que suas demandas, muitas vezes, não são contempladas de maneira confortável nos coletivos com os quais já teve algum tipo de contato.

“Ainda não achei um espaço em que eu me sinta segura e confortável pra falar. E isso é bem sintomático, considerando que eu sou uma mulher negra. E isso diz de um lugar de silenciamento muito profundo. E brigar pra falar é sempre um esforço.” - Rosa.

Ambas negras que carregam uma carga semelhante de vida, mas que significam isso de formas bem distintas. Enquanto uma diz que acha inadmissível uma mulher negra se considerar frágil, por conta de toda história da escravidão dos povos africanos e do racismo estrutural no país, que elas carregam, a outra diz que depois de tudo que ela já passou, ela consegue e se permite ser frágil, pois está cansada de lutar e resistir. Essas falas exemplificam bem como a subjetividade e a singularidade da vida dessas mulheres se sobressaem em relação às suas experiências dentro de um feminismo amplo e específico. Apesar das semelhanças e da pluralidade encontrada na trajetória de ambas, existem fatores que carregam significados distintos e de extrema importância.

Margarida diz que *“É impossível acreditar numa ideia de fragilidade. A fragilidade nunca perpassou a história das mulheres negras.”*. Enquanto que Rosa se expressa de outra maneira, compreendendo a fragilidade como um direito conquistado por ela:

“Hoje eu me considero mais frágil. Hoje eu posso... Hoje eu olho toda minha fragilidade. Eu olho pra trás e penso ‘nossa, eu tava muito frágil naquele momento, alguém deveria ter me protegido mais’, ou ‘olha, naquele momento eu estive frágil, pedi ajuda e fui cuidada, olha como é importante’... Hoje eu me sinto frágil pela minha filha, porque uma mãe branca, de uma filha branca, não se ocupa do que eu me ocupo.” – Rosa.

As duas participantes citadas anteriormente falam de fragilidade como noções opostas no que diz respeito à ideia de cada uma para o que se refere à noção de serem mulheres negras. É possível evidenciar as formas como ambas expressam os sentidos subjetivos que dão ao feminismo.

Outro exemplo é relativo a quando o singular ganha formas ao se conecta com o coletivo feminista. Como é o caso de Liz e Rubi, que possuem uma história em que é

justamente o feminismo e suas demandas, específicas, que geram um olhar para elas mesmas como sujeito único, como podemos ver nos trechos abaixo, citado, respectivamente, por Liz e Rubi.

“O feminismo foi essencial pra eu ter coragem de me colocar, pedir pra falar ‘olha, você não me vêem como uma mulher dentro do padrão patriarcal, mas a gente tá aqui’. Existem mulheres fora desse padrão. Existem um monte de travestis, mulheres trans, que nunca vão estar dentro desse padrão e são mulheres. São mulheres de barba, mulheres de pinto, sabe. E são mulheres [...]. Existem tantas formas de socializar enquanto mulher dentro do próprio patriarcado.” - Liz.

“Assim, então, quando eu me identifiquei como uma mulher lésbica, foi quando o mundo já me colocou nessa caixinha de ‘você é lésbica, então necessariamente você vai passar por esse processo de se tornar feminista’, sabe? [...] Então, quando eu me dei conta de que eu era um mulher lésbica e falei isso pras pessoas... isso influenciou no meu processo de identificação como mulher.” - Rubi.

Liz, uma mulher trans. Rubi, uma mulher lésbica. Ambas conquistaram força, identificação e pertencimento ao se depararem com determinadas pautas específicas dentro dos feminismos em que se encontraram e que se sentem representadas. Suas demandas singulares, ao entrarem em contato com um grupo de pessoas que passam por situações semelhantes e lutam na mesma direção que elas, se tornaram importantes pilares para a construção de suas subjetividades no decorrer de suas trajetórias de vida.

Neste eixo de análise é possível perceber que existem duas diferentes, porém complementares, esferas. Uma que diz respeito à pluralidade dos relatos construídos no decorrer da pesquisa, e outra, à singularidade presente nas diferentes histórias das

participantes. No que diz respeito aos aspectos individuais e sociais, Markava (1996) escreve que estes dois constituintes são interdependentes, pois não há como desvincular e desassociar aspectos que dizem respeito ao âmbito social dos que dizem respeito ao âmbito individual da vida de um ser humano (González Rey, 2003). Por esta razão, tais percepções foram integradas e fazem parte de uma análise ampla dos aspectos plurais e singulares percebidos durante as dinâmicas conversacionais.

Desta forma, poderiam, aqui, ser subdivididas as mulheres com características semelhantes, a fim de uma tentativa, errônea, de enquadrá-las numa só categoria de mulher. Entretanto, considerar a particularidade e a vivência de cada uma é o fator central para um estudo sobre a subjetividade humana, mais especificamente, para uma investigação de diferentes percepções de mulheres feministas acerca dos feminismos em suas vidas, que por sua vez, também são distintos.

Ao serem questionadas, durante o complemento de frases (Anexo 3), sobre o que é ser mulher, o que é ser feminista e o que é o feminismo, as nove mulheres, em seus diferentes momentos, responderam, também de formas, ritmos, velocidades e firmezas distintas umas das outras. Este fator é um importante indicador, pois demonstra aquilo já citado anteriormente, a ideia de que não é possível a existência de um só feminismo, uma vez que não existe apenas uma forma de se configurar como mulher (Hooks, 2000).

Nesta pesquisa, “ser mulher” perpassou por: *difícil* (Jade) e *divino* (Pérola), *uma honra* (Cristal) e *um desafio* (Violeta), *corpo político* (Rubi) e *treta* (Rosa).

Considerando esse leque de respostas para a mesma pergunta, é possível perceber que foram utilizados vários significados para caracterizar o que é ser mulher num contexto contemporâneo brasileiro. E, mais uma vez, refutando a ideia de que não existe uma resposta certa para o que é ser mulher. Isso perpassa por uma série de fatores existentes

nas vidas, nas trajetórias e nas subjetividades construídas, não somente pelas participantes da pesquisa, mas também por todos os seres humanos, que carregam consigo particularidades e individualidades que fazem de cada pessoa um ser único.

Seguindo neste caminho, é interessante perceber que as palavras utilizadas pelas participantes para a definição de ser mulher apontam para sentidos e configurações subjetivas próximas e, ao mesmo tempo, distantes. Os sentidos subjetivos aqui representados para uma dimensão emocional, que faz relação direta ao que essas mulheres sentem em relação às suas experiências já vivenciadas. Por outro lado, são as configurações subjetivas que permitem que tais sentidos subjetivos se organizem. As configurações subjetivas, em outras palavras, são responsáveis pela organização da subjetividade enquanto sistema, estas, que podem se dar de maneira individual ou social, expressam os aspectos mais significativos de cada indivíduo.

“Vou deixar em branco... mulher não deveria ser algo fechado. Na verdade, acho que o ideal seria ser pessoa, e cada um ser do seu jeito, e não ser mulher ou homem.” - Zafira.

Em contrapartida, entretanto de forma complementar ao indicador anterior, para caracterizar “ser feminista” foram usadas diferentes palavras e definições, porém todas com a finalidade de apontar para uma ação necessária e política. Fator este que indica a importância do feminismo na vida dessas mulheres.

Neste sentido, é indispensável compreender a subjetividade como sistema complexo do ser humano, que envolve diferentes aspectos, como experiências, sentimentos e significações; em outras palavras, refere-se àquilo que é único e singular de cada pessoa (da Silva, 2009). E identidade de gênero é, portanto, uma construção individual e social, que também contempla diferentes aspectos existentes na vida de cada pessoa, inclusive a diferença existente entre os indivíduos (Madureira, 2007).

Desta forma, nota-se a relação entre subjetividade e tal identidade existente na discussão acerca do que é ser mulher.

“É necessidade. É quase que mais uma caracterização de uma mulher... tipo um nome composto: mulher feminista. Ser mulher já pressupõe que você é feminista. Ser feminista é necessidade.” - Rubi.

No que diz respeito ao complemento de frase “hoje me considero mais” (Anexo 3), também tiveram diferentes respostas que, por sua vez, caminham na mesma direção. Entretanto, uma resposta emblemática contemplada na fala das participantes diz que estas, ou a grande maioria, sente-se mais forte, no sentido de perceber-se mais consciente, livre e inteira. Neste sentido, evidencia-se aqui a emergência da mulher como sujeito quando comparado a um tempo anterior, antes da inserção como feminista.

“Hoje eu me considero mais forte... pelo fato de ter tido oportunidades de experiências e de vivências políticas de trajetória que me fortaleceram muito... Hoje eu sou uma mulher que dá conta de muito mais coisas.” - Margarida.

Desta forma, torna-se possível refutar a ideia de que a subjetividade é um fenômeno individual, enquanto que é fortalecida a ideia de que a subjetividade é um sistema complexo, produzido de forma simultânea no nível social e individual (González Rey, 2003). Em outras palavras, o sujeito é constituinte e constituído por esse sistema complexo.

“Me reconheço como feminista quando eu vejo alguém fazendo violência psicológica com outra pessoa, quando eu vejo discurso de gordofobia, de dizer como é que a gente tem que ser, como é que tem que ser nosso corpo, como é que tem que ser nosso cabelo. Então, acho que é muito cotidiano, de ir percebendo aos poucos. E de me perceber

preconceituosa também [...] Ser feminista é lutar pelos direitos iguais, é só isso.” - Cristal.

Então, é possível perceber nas falas das participantes que suas vidas pessoais e os feminismos estão entrelaçados de várias maneiras, de modo que é impossível desvincular o ser mulher do ser feminista, nem tampouco do papel social e individual que os feminismos exercem nas vidas dessas mulheres. Principalmente a partir da sensação, verbalizada por todas as participantes, de que o feminismo é libertador em suas vidas, é uma forma de identidade e pertencimento dentro da sociedade.

“Uai, não tem como separar. Tem? Acho que é impossível. Se você é feminista, você é feminista em tudo que você faz. Feminismo não é uma coisa que eu aplico. Faz parte da sua vida. Feminismo ou é um conhecimento, que é saber, porque te transformou, ou pra mim não funciona.” - Zafira.

Aspectos envolvidos nas diferentes abordagens dos feminismos

“Não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm. ”

(Hooks, 2000, p. 165)

“Esse movimento que a gente chama... mulheres negras costumam chamar... de feminismo branco ou feminismo hegemônico, ele não corresponde a uma representação de todas as mulheres. Isso é positivo, por um lado, pra entender que não existe ‘o feminismo’, existem ‘feminismos’, sempre no plural, porque são vários movimentos. Porque consideram região, consideram experiências, vivências diferenciadas de mulheres. Então, é impossível se ter um feminismo representativo de todas as mulheres. E por isso mesmo, o feminismo contesta a categoria de mulher como uma categoria hegemônica. Somos mulheres na suas mais diversas possibilidades de existência.” - Margarida.

Os feminismos, em sua pluralidade, existem para que todas as demandas de mulheres sejam contempladas, uma vez que cada mulher carrega consigo histórias, perspectivas e demandas diferentes e únicas, que apesar disso, muitas vezes perpassam pela trajetória de várias mulheres. E por esta razão os movimentos feministas são organizados em diferentes vertentes e abordagens. As participantes da pesquisa reconhecem isso e enfatizam a importância de existirem diferentes feminismos.

“Eu acho importante ter consciência disso, mas também acho que essa divisão talvez enfraqueça o feminismo em algum sentido. Mas eu acho que agora não tem como não dividir, não tem como falar em um

feminismo no singular, só tem como falar em feminismo no plural.” -

Rubi.

No trecho citado, Rubi reconhece a dificuldade em falar de um único feminismo, mas ainda assim acredita que a divisão das demandas pode enfraquecer o movimento como um todo. É possível notar a existência de diferentes perspectivas acerca do mesmo fenômeno, uma vez que Pérola, outra participante, em em diferentes momentos, aponta para a noção de que determinadas demandas possam ser deixadas de lado, em detrimentos de outras, e por esta razão é indispensável a ideia da pluralidade dos feminismos.

“Como você vai falar sobre feminismo, falando do meu lugar de fala? Assim, sendo uma mulher branca, de classe média [...] Então, antes eu ficava muito pensando ‘não, mas se a gente conseguisse reunir todos os feminismos, ia ser uma coisa muito grande e a gente ia ter mais força’, só que toda vez que a gente junta, a gente acaba silenciando e apagando algumas partes que são muito importantes na subjetividade de cada pessoa.” - Pérola.

A fala de Pérola representa bem a questão da existência de diferentes feminismos, que englobem as demandas das diferentes maneiras de ser mulher. Esse indicador aponta para um lugar de fala dela, do qual ela não pode, não deve, nem tampouco consegue falar por outra pessoa que não seja ela mesma (Ribeiro, 2019). Esse é um ponto muito importante que ajuda a compreender as ramificações encontradas em um único conceito: feminismos.

Ainda que sejam ideias antagonicamente complementares, é interessante perceber como o cenário atual político e social ainda é um fator determinante para a categorização dos feminismos existentes. As participantes entraram em assuntos

políticos, principalmente quanto o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o atual governo regente no Brasil, apontando para estes como importantes pilares que influenciam suas decisões pessoais e políticas, como mulheres.

Um exemplo sobre isso pode ser evidenciado na fala de Rosa, que afirma que a posse de Dilma, em 2015, foi um marco histórico importante em sua trajetória, por ser a representação de uma mulher no cargo mais alto do país, dias antes do nascimento de sua filha. E, por outro lado, o reconhecimento de *“esse corte dos últimos três anos tem botado a gente num retrocesso profundo”*.

Assim como Rosa, outras participantes reconhecem que a política é um fator indispensável ao pensar em suas atuações como mulheres feministas no Brasil. Não por acaso, de maneira geral, as participantes se reconhecem como militantes de esquerda.

“No fundo, no fundo, eu acho que o que explica tudo, é claro que as coisas vão se somando: racismo, machismo, LGBTfobia, mas acho que se a gente derrubar tudo isso e não derrubar uma estrutura de desigualdade política socioeconômica, que é tão importante no Brasil e no mundo, acaba que não vai adiantar, as pessoas vão continuar sofrendo de outra forma, vão continuar sofrendo talvez na mesma intensidade.” - Violeta.

A questão política conversa diretamente com as questões de privilégio apontadas pela maioria das participantes. No sentido de que existem fatores que se configuram como facilitadores de diversos processos na vida das pessoas, dentre eles classe social, raça, gênero e orientação sexual. Estes são apontados como indicadores de como as mulheres significam diferentes situações em suas vidas.

“Eu aprendi assim, que eu tenho um lugar de fala, o meu lugar de fala é esse: eu sou de família padrão, sou branca, sempre fui de uma família de

classe média, sou heterossexual; então, assim, eu tenho esse lugar de fala totalmente privilegiado.” - Jade.

Um fator importante quando se fala sobre a pluralidade encontrada dentro dos feminismos, diz respeito, principalmente, ao lugar de fala de cada indivíduo (Ribeiro, 2019). Este é um indicador bastante apontado pelas participantes desta pesquisa. Conseqüentemente, este feminismo que está sendo discutido em todo decorrer do trabalho, que não é único, nem tampouco generalista, é representado por diferentes vertentes e abordagens, de acordo com a realidade e a história de vida das mulheres que pertencem a ele.

No trecho citado, de Jade, é perceptível a presença das diferentes condições que costumam fragmentar os feminismos. Dentre as participantes da presente pesquisa, existem mulheres que se identificam pertencentes ao feminismo negro, ao feminismo interseccional, ao feminismo radical, ao feminismo trans e, ainda, algumas não se identificam como pertencentes a nenhuma dessas abordagens e vertentes feministas.

“Não qualquer feminismo. O feminismo que conversa direto com a decolonialidade e diretamente com o comunismo. O feminismo liberal não me serve, de jeito nenhum. O feminismo radical, que exclui as trans, não me serve também.” - Rosa.

Rosa, no trecho citado acima, após dizer *“Sou uma feminista autônoma”* e expressar sua dificuldade em se sentir contemplada por alguma vertente feminista, aponta para a importância da existência de feminismos que não sejam excludentes, que lutem por direitos igualitários, seja por gênero, classe ou raça.

Ainda que se tenha a noção da pluralidade dos feminismos, como uma forma de abarcar diversas demandas, sem que nenhuma seja esquecida, existe uma ideia de que a união entre as mulheres é um ponto essencial para o fortalecimento do movimento. As

participantes, de maneira geral, reconhecem que, apesar das diferenças, é indispensável que exista um apoio mútuo entre as mulheres, que são a figura central de protagonismo dos feminismos. Seja ele qual for. “*Sejam mulheres que ajudem outras mulheres*”, é o que diz Jade a respeito do que ela vê como essencial dentro dos feminismos.

Isto aponta para a **sororidade**, aliança feminina baseada na empatia e no companherismo mútuo (Souza, 2016), ou até mesmo conhecida como um pacto político e ético de irmandade entre as mulheres, através de práticas que buscam preservar e estimular proteção, solidariedade e defesa (Penkala, 2014). De qualquer forma, as falas das participantes apontam para a importância da união entre as mulheres, do apoio que pode ser ofertado e recebido, como importante fonte de energia para a manutenção das lutas feministas. Desta forma, ressalta-se que somente unidas, em busca de alcançar objetivos em comum, as mulheres conseguem enfrentar o patriarcado e a opressão externa ao movimento de mulheres (Silva, 2016).

Essas maneiras de significação são modos como algumas mulheres se expressam, como elas pensam estrategicamente na construção de unidades discursivas na luta pelas mulheres. Tais indicadores, apontam em direção à importância de perceber os pontos heterogêneos de posicionamento dessas mulheres, mas também pontos divergentes, em seus diversos formatos de expressão. E o mais importante, perceber que, mesmo nesses pontos que não convergem de forma alguma, essas mulheres se entendem como feministas por outros fatores que estejam englobados nos feminismos de, também, outras mulheres. O que não deslegitima o movimento, em sua globalidade.

Considerações Finais

“Aproxime-se. Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. Aproxime-se e aprenda, na fonte, o que é o movimento feminista. Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo”.

(Hooks, 2000, p. 16)

Os feminismos, como um movimento político e que luta por liberdade e igualdade para as mulheres, configuram-se como ações em prol das mulheres e dos seus direitos. Mas para além disso, caracterizam-se como uma ferramenta de extrema importância na vida de diversas mulheres, mundo afora, ultrapassando gerações e gerações. Considerando não somente as conquistas mais amplas e gerais já decretadas pelas feministas que lutam desde o século passado, mas entendendo que estas abriram inúmeras portas de oportunidades e possibilidades para as feministas que lutam nos dias atuais, a presente pesquisa demonstra uma pequena parte dessa grande importância. Entretanto, ainda que pequena, é possível compreender que os feminismos têm poder de interferir positivamente na vida das mulheres.

Esta monografia compartilha de um assunto especial, principalmente para as mulheres, que se vêem pouco representadas em pesquisas e em posições de protagonismo, no cenário brasileiro. É possível que, por essa razão, algumas das participantes tenham se emocionado ao longo da pesquisa, demonstrando não somente a relevância teórica desta temática, mas também como representação de aspectos afetivos e pessoais dessas mulheres, por saberem que suas trajetórias são importantes e merecem espaço por onde quer que passem.

Foi muito gratificante conhecer tais diferentes mulheres e histórias, acolher alguns sofrimentos que estiveram presentes nas falas das participantes, perceber os aspectos singulares e subjetivos em cada fala, gesto e atitude presente no decorrer da pesquisa. Ver, com outros olhos, as diferentes concepções sobre os feminismos. Em última instância, foi gratificantes envolver afetos na realização desta pesquisa de monografia.

Dentre todos esses achados, considerando os principais pontos discutidos na construção da informação, como a singularidade e a pluralidade envolvidas nos relatos das mulheres feministas, bem como os diferentes aspectos que resultam na fragmentação dos feminismos; existem também algumas lacunas encontradas no decorrer da pesquisa.

As questões acerca do feminismo negro, por exemplo, merecem uma atenção redobrada, uma vez que os assuntos abordados por tais feminismos são, em sua maioria, de extrema delicadeza e polêmica, o que impede, muitas vezes, que sejam abordados e dada a devida importância, num contexto brasileiro contemporâneo perpassado por questões sexistas e raciais. Na presente monografia, deve-se considerar que as mulheres negras que participaram da pesquisa se configuraram como minoria, o que é outro importante indicador a ser refletido. Entretanto, por esta razão, e considerando os objetivos, de maneira geral, os assuntos abordados sobre a temática do feminismo negro foram analisados num recorte a partir desses objetivos. Pesquisas futuras podem ocupar-se de analisar unicamente as questões levantadas por mulheres negras, que lutem em feminismos ou movimentos de ativismo negro.

Outro exemplo são as questões acerca da transgeneridade, que ainda é um assunto tido como tabu na sociedade. Mais uma vez, a representatividade dessas mulheres na presente monografia se deu como minoria, assim como mulheres lésbicas.

Numa mesma perspectiva, é interessante que existam pesquisas voltadas exclusivamente para esse público que, na maioria dos casos, são tidos como minoria, mas que, numa visão ampla social, merecem igual visibilidade.

Esta monografia não permitiu que tais assuntos fossem aprofundados, considerando principalmente os objetivos apontados no início do trabalho. Entretanto, abre portas para que sejam levantados em pesquisas futuras.

Outro pilar importante que merece maior atenção em pesquisas futuras, principalmente no atual cenário político brasileiro, é referente às questões de gestão do país, especificamente voltados para a política e as pautas apresentadas constantemente pelos líderes políticos. Tais fatores, como citados no decorrer da monografia, são aspectos que interferem direta e indiretamente na história de vida e na trajetória das pessoas. Por esta razão, tais assuntos merecem mais atenção e produções acadêmicas, a fim de ganharem maior visibilidade, em diferentes instâncias.

Por fim, esta pesquisa aponta para a importância de pesquisas na área das ciências humanas e psicológicas que se munam de um olhar, também, da Antropologia, da Psicologia Social, da Teoria da Subjetividade para olhar mais para os feminismos, e mais importante ainda, para as feministas.

Referências Bibliográficas

- Adrião, K. G. (2015). Feminismo, Psicologia, e Justiça social: um encontro possível? Uma entrevista com Michelle Fine. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 479-486.
- Almeida, T. M. C. D. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.
- Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos feministas. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, 1(1), 198-210.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (4ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chauí, M. (1996/1997). Senso comum e transparência. In J. Lerner (Org.). *O preconceito* (pp. 115-132). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2).
- Crenshaw, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 14, 1989, p. 538–54.
- da Silva, F. G. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação. Programa*

de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520,
(28).

de Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

de Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 597.

Gallert, A. Z., Loureiro, D. G., Silva, M. D. R. B., & Souza, R. C. (2016). Subjetividade na pesquisa qualitativa: uma aproximação da produção teórica de González Rey.

González Rey, F. (1997) *Epistemologia qualitativa e subjetividade*. Habana: Pueblo y Educación.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: um enfoque histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.

González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Learning.

González Rey, L. F. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning.

González Rey, F.L. (2014). Dilemas epistemológicos actuais em psicologia comunitária.

González Rey, F.L.& Bizerril, J. (2015). Saúde, cultura e subjetividade: Uma referência interdisciplinar. Uniceub. Brasília. (colocar cada capítulo)

González Rey, F., & Mitjans Martínez, A. (2017). *Subjetividade: Teoria, Epistemologia e Método*. São Paulo: Alínea.

Handcock, M. S. & Gile, K. L. (2011). On the Concept of Snowball Sampling. *Sociological Methodology*. 41(1), 367-371.

- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, 14(3), 575-599.
- Harding, S. G. (1986). *The science question in feminism*. Cornell University Press.
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 97-128.
- Hooks, B. (2000). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução: Ana Luiza Libânio, ed. 3, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- Jesus, J. G. (2013). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18(3), 363-372.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Laraia, R. (2002). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 10(2), 283-300.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Madureira, A. D. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. *Gênero e psicologia social: interfaces*, 31-63.

Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as imagens enquanto artefatos culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.

Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior. (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed Editora.

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90.

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

Mendes, R. S., Vaz, B. D. O., & Carvalho, A. F. (2015). O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas-Universidade Federal da Paraíba*, (03), 88-99.

Minayo, M. C. D. S. (2007). O desafio da pesquisa social. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 30, 9-29.

Montero, M. (2004) Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós. Buenos Aires. Argentina.

Neto, I. R. (2012). Produção subjetiva no tratamento do câncer. *Centro Universitário de Brasília*.

- Oliveira, L. P. R., & Cassab, L. A. (2014). O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *Anais do III Simpósio e Políticas Públicas*, ISSN, 2177-8248.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Passos, C. C. (2010). A primeira geração do feminismo: Um diálogo crítico com o pensamento liberal. *Fazendo Gênero*, 9.
- Penkala, A. (2014). A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black. *Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória*.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*.
- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 25-37.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial. LTDA.
- Rodrigues, A. (1999). *Psicologia Social*. 18 ed. reform. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, C. (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10.
- Sarti, C. (1998). O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *Congresso Internacional Da Lasa*, 21., 1998, Chicago. Anais Chicago: Illinois.
- Sarti, C. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 35.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*, 13, 35-53.
- Scott, J. (2012). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.

Silva, I. C. S. D. (2016). Sororidade e rivalidade feminina nos filmes de princesa da Disney.

Silva, N. L. P. & Cappelle, M. C. A. (2013). A teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa de González Rey como possibilidade teórico-metodológico nos estudos de administração. *IV encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade*.

Silva, S. G. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3).

Silva, T. D. (2000). A Produção Social da Identidade e da Diferença. Identidade e Diferença. *A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.

Smigay, K. E. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em revista*, 8(11), 32-46.

Souza, B. (2016). *Vamos juntas? – O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galeria Record.

Stevens, C., de Oliveira, S. R., & Zanello, V. (2014). Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. *Ilha de Santa Catarina: Mulheres*.

Swain, T. N. (2014). Histórias feministas, história do possível. *Estudos Feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Editora Mulheres.

Tenório, E. M. (2017). O feminismo atual e necessário. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, 17(1), 91-108.

Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259.

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revistas Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.

Zanello, V. (2016). Saúde mental, gênero e dispositivos. *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*, 223-246.

Anexo 1**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE****Ser Mulher e Femiinsta:****Análise das Experiências Subjetivas de Mulheres Feministas**

Instituição dos pesquisadores: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Lucas Alves do Amaral

Pesquisadora assistente: Nathália Cristina Correia Nunes

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é reconhecer e analisar as transformações sociais e pessoais percebidas por mulheres feministas participantes de coletivos feministas do Distrito Federal, durante o século XXI. Para que este objetivo seja alcançado, são necessárias algumas trajetórias pensadas anteriormente. Você está sendo convidado a

participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

Sua contribuição nesta pesquisa consiste em participar de uma dinâmica conversacional, na qual você poderá contar suas experiências pessoais acerca da temática sobre sua atuação como feminista no século XXI. O procedimento utilizado, como dito anteriormente, será uma dinâmica conversacional, com uso complementar de complemento de frase. Este momento será gravado em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise. A pesquisa será realizada em data e local definidos previamente, conforme sua disponibilidade.

Riscos e benefícios

Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas serão tomadas durante todo o procedimento. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que sua participação decorra de acordo com as suas opiniões pessoais. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, podendo optar por não participar mais da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo acarretado a sua decisão.

Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir para uma maior visibilidade das contribuições decorrentes dos movimentos feministas, além de representar a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca da subjetividade humana, mais especificamente de mulheres feministas. Contribuindo para as produções acadêmicas não só para a área psicológica, mas também para as ciências sociais em interfaces com os direitos humanos.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso, entrar em contato com a pesquisadora assistente, Nathália Cristina Correia Nunes.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas. O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Nathália Cristina Correia Nunes, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome (que será apresentado por outro nome, fictício).

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos

procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida a senhora.

Brasília, ____ de _____ de 2019

Participante

Pesquisador responsável: Lucas Alves do Amaral

E-mail: lucas.amaral@ceub.edu.br

Pesquisadora assistente: Nathália Cristina Correia Nunes

E-mail: nathalia.nunes@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

SEPN 707/907, Campus do UniCEUB – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70790-075

Telefone para contato: (61) 3966-1200

Anexo 2

Dinâmica Conversacional

- “Me conta um pouco sobre sua história de via, sobre sua trajetória como mulher feminista.

Complementos de Frase

- “Ser mulher é...”
- “Ser feminista é...”
- “O Feminismos é...”
- “Hoje me considero mais...”

Apêndice 1

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.682.436

relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

na versão anterior solicitou-se:

- 1) esclarecer como serão recrutadas as participantes da pesquisa. Nesta versão as informações solicitadas foram apresentadas.
- 2) esclarecer o tipo de instituição onde será realizado o estudo. Nesta versão as informações solicitadas foram apresentadas.
- 3) incluir os telefones dos pesquisadores no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesta versão as informações solicitadas foram apresentadas.
- 4) apresentar o termo de aceite institucional da instituição onde serão recrutadas as participantes e do local onde será realizado o grupo focal. Nesta versão as informações foram esclarecidas.
- 5) atualizar o cronograma, na Plataforma Brasil, para que a coleta de dados ocorra após a aprovação da pesquisa. O cronograma apresentado está desatualizado. Entende-se que a coleta de dados será realizada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.677.417/19, tendo sido homologado na 19ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 1º de novembro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1392753.pdf	14/10/2019 22:26:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	13/10/2019 18:25:49	NATHALIA CRISTINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/10/2019 18:25:35	NATHALIA CRISTINA	Aceito
Folha de Rosto	NathaliaAAA.pdf	26/08/2019 13:16:00	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ROTEIRO.pdf	19/08/2019 09:10:51	NATHALIA CRISTINA	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075

UF: DF **Município:** BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.682.436

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 04 de Novembro de 2019

Assinado por:

**Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))**

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br